



**ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA**

**APANHADO TAQUIGRÁFICO DA 03ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA 01ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
REALIZADA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2023**

(...)

O SENHOR 1º SECRETÁRIO (Deputado Júnior Araújo)

333/2022 – DO GOVERNADOR DO ESTADO - Veto Total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 3.636/2022 de autoria do Deputado Adriano Galdino, que "Institui ações de enfrentamentos ao feminicídio no âmbito do Estado da Paraíba".

RAZÕES DO VETO: INCONSTITUCIONALIDADE

PARECER DA CCJR PELA MANUTENÇÃO DO VETO

O SENHOR PRESIDENTE (Deputado Tião Gomes)

Em discussão o parecer. Senhores deputados vamos discutir o veto, vamos discutir o veto. Aprova-se o parecer e vamos discutir o veto. Em discussão o veto. Deputado Wallber Virgolino depois a deputada Cida Ramos e depois o deputado Tanilson.

O SENHOR DEPUTADO DEL. WALLBER VIRGOLINO

Senhores deputados mais uma vez um grande equívoco por parte do governo do estado, deputada Cida a gente todos os dias está se deparando na mídia com mulheres vítimas de homicídio, chamado Feminicídio. O projeto não cria despesa, o projeto não tira receita, o projeto não interfere na estrutura do governo do estado, mas mesmo assim o governador, o governador não, a equipe do governador veta. Parece que tem um carimbo de só de veta no Palácio da Redenção. Nós dessa Assembleia somos um poder. No Brasil são: poder executivo, legislativo e judiciário.

Aqui não é um puxadinho do Palácio da Redenção, mas é só balançar a cabeça para o que o governador faz. A gente tem que começar a representar o povo da Paraíba, olha o tanto de servidor aqui, esse pessoal que está aqui porque durante a campanha o governador prometeu PCCR, aumento de salário, prometeu dignidade, estrutura, o estado era rico na campanha passou a campanha o estado está quebrado, pobre e o governador não cumpriu a palavra com o servidor.

Essa é a realidade do estado da Paraíba, muito discurso, muita retórica e ação efetiva nenhuma. Então, nós temos que representar o povo que nos elegemos. Temos que derrubar esse veto. A violência contra a mulher cresce, e a gente ver o governador com os secretários só com retórica da boca para fora nem uma ação efetiva.

Um singelo projeto desse ele veta. Então, rogo aos senhores deputados que a gente derrube o veto. Fazer justiça às mulheres.

O SENHOR PRESIDENTE (Deputado Tião Gomes)

Com a palavra a deputada Cida, pode falar.

A SENHORA DEPUTADA CIDA RAMOS

Presidente, eu vou fazer um apelo às mulheres da Assembleia aqui as deputadas que a gente se una independente de partido político que o interesse maior é a defesa e os interesses das mulheres paraibanas. O Feminicídio esta Assembleia teve uma CPI do Feminicídio foi presidida por minha pessoa elaborou um relatório muito denso cada dia mais Doutora Paula, Chica, Danielle as mulheres estão morrendo mais jovens o relatório foi muito consistente mulheres de 17 de 24 anos deixando uma legião de órfãos.

O Feminicídio é um problema hoje em toda Paraíba não é um problema urbano. É um problema em toda Paraíba senhores deputados. Não enfrentar essa barbárie social que está se transformando em um genocídio de mulheres é um absurdo.

Um veto, a um projeto cuja Casa aprovou o parecer, o relatório que tira inclusive diversas ações. Eu entrei com um projeto de lei deputado Neto para que a Assembleia tenha um observatório da violência doméstica. Então, que contradição é essa que se a gente não derrubar esse veto. Eu tenho aqui os servidores que sabem que em repartição pública como ocorreu na Maternidade Frei Damião uma servidora pública chegou o ex-companheiro para matar.

Então, essa é uma preocupação de toda sociedade e de todos os poderes e não venha Chico você que é o líder do governo com essa conversa de que não cabe a

Assembleia legislar sobre essa questão, que gera despesa, essa é uma tarefa é uma função e uma responsabilidade da Secretaria de Mulheres e da Diversidade Humana.

Mas, não só dela da Secretaria de Desenvolvimento Humano, de educação, de saúde, de segurança essa é uma questão presidente Tião que envolve é para além de uma secretaria, uma questão de Estado, a proteção à vida das mulheres.

É uma questão do Poder Judiciário que participou ativamente seja através da Defensoria e do Ministério Público. Participaram da CPI do Feminicídio. Se nós, deputados, votarmos pela continuidade do veto, nós estamos votando contra as mulheres da Paraíba e fazendo a defesa do Feminicídio.

O SENHOR PRESIDENTE (Deputado Tião Gomes)

Com a palavra o deputado Branco Mendes. Desculpe deputada Cida, mas nós temos que andar.

O SENHOR DEPUTADO BRANCO MENDES

Deputado Tião, caros colegas deputados e deputadas.

Eu apenas queria que o presidente passasse o veto ao secretário para que ele lê-se e a gente entender o motivo do veto. Porque nós estamos votando aqui projetos que eu acho importante em defesa da mulher paraibana, mas não estamos vendo a justificativa do veto. E, para isso precisamos saber para que nós possamos nos posicionar em termos de voltar sim ou não.

Então, eu gostaria que vossa excelência passasse ao secretário para que ele lê-se o motivo do veto.

O SENHOR PRESIDENTE (Deputado Tião Gomes)

Com a palavra o 1º secretário, deputado Júnior Araújo para leitura do veto do governo.

O SENHOR 1º SECRETÁRIO (Deputado Júnior Araújo)

Presidente irei ler um resumo aqui das razões do veto: o projeto sobre análise cria alegação principal é aquela de sempre que cria obrigações para o Poder Executivo ao instituir ações de enfrentamento ao Feminicídio voltado à prevenção e ao combate ao Feminicídio que só serão exequíveis com considerável aporte de recursos financeiros e de servidores públicos.

Eu acho que só o primeiro parágrafo aí já fica muito claro quais foram às razões do veto que levaram o governo a vetar esse projeto.

O SENHOR PRESIDENTE (Deputado Tião Gomes)

Com a palavra a deputada Francisca Motta.

A SENHORA DEPUTADA FRANCISCA MOTTA

Deputado, eu estou surpresa, mas estou mesmo. A deputada Cida, ela fez agora um apelo à deputada Danielle, para mim, para deputada Paula. Esse veto eu acho uma aberração, mesmo quando se vota dizendo que é um problema de orçamento, não é isso que está? No momento, o apelo que eu faço não é mais as deputadas são aos deputados. Eu quero que vocês, deputados, que vossas excelências votem realmente para que a mulher, ela não se envergonhe da Casa de Epiácio Pessoa. Temos que ter essa resposta. Às vezes, eu fico pensando: há dez anos que eu estou fora da Casa, volto e encontro o mesmo problema. Nós não estamos aqui assistindo os avanços, os avanços não acontece, o número de violência aumenta e nós temos que ter uma providência.

Eu acho que realmente o problema do orçamento tem como rever, deputada Cida. Eu acho que nós temos que exigir que o governo faça essa revisão e que os deputados dessa Casa, dê um exemplo hoje aqui, todos, votando sim neste veto. Então, rejeitando o veto.

O SENHOR PRESIDENTE (Deputado Tião Gomes)

Com a palavra o deputado Jutay Meneses.

O SENHOR DEPUTADO JUTAY MENESES

Deputado, presidente da sessão, deputado Tião Gomes, deputada Francisca Motta, deputada Cida Ramos, deputada Danielle do Vale e demais colegas.

Presidente, o secretário deputado Júnior Araújo, ele leu uma parte das razões do veto. E, se nós lermos as razões do veto, nós ficaremos até convencidos, deputada Cida Ramos.

A Secretaria das Mulheres e Direitos Humanos e Diversidade, ela traz algumas razões do veto que poderiam até me convencer. Porém, não nos convence porque ela diz que já tem ações. Porém, quando você tem a lei, ela cria obrigações efetiva de que a programas que defendam os direitos das mulheres, principalmente as mulheres que sofrem violência.

Então, o projeto ele vem, nesse sentido, ele traz objetivos e ações de enfrentamento ao Feminicídio. São 18 ações, mais atividades que serão implementadas pela Secretaria da Mulher do nosso Estado.

Então, eu acho que o projeto do presidente Adriano Galdino, ele vem, nesse sentido, de fazer com que se tenha de fato o número de mulheres no nosso Estado que tem sofrido de violência e não são poucas as violências sofridas por essa mulher, não só da agressão que sofre do seu cônjuge, mas também agressão que sofre no seu meio social, com o desemprego e tantas outras atividades.

Vossa excelência, deputado Júnior Araújo, trouxe um projeto que vinha, nesse sentido, de profissionalizar, de criar programas que dê incentivo à profissionalização dessas mulheres. Porque a maior violência que essas mulheres elas enfrentam, deputado Júnior e deputada Francisca Motta, ela não tem para onde ir.

Quando ela é coagida pelo seu pelo seu marido ou pelo seu companheiro, ela não tem o que fazer. E, a única coisa que lhe cabe para proteger o filho que tem é sofrer as agressões e ameaças.

Essa é a única forma que essas mulheres têm. E, eu sei o que é isso, deputado Júnior Araújo. Porque eu sofri com a mãe que passou por isso. Agora, ela teve coragem de sair de casa, ela teve coragem de enfrentar a vida e sair 5 horas da manhã para lavar roupa do dos seus patrões, de vender dindim na porta de casa, na janela de casa de vender o confeito e um bombom para poder sustentar os seus filhos.

Então, eu sei o que é uma mãe, ela tem que sofrer determinada violência dentro de casa.

O SENHOR PRESIDENTE (Deputado Tião Gomes)

Com a palavra o deputado Júnior Araújo.

O SENHOR DEPUTADO JÚNIOR ARAÚJO

Eu deixo aqui, inclusive como uma sugestão: Eu lamento, profundamente, que o projeto anterior, ele tenha faltado apenas dois votos para que o veto fosse derrubado de forma muito sincera, eu não vejo razões para que projetos como esses venham receber veto do governo. Isso é uma prática para os deputados novos que chegam aqui, é uma prática que ocorre constantemente. Nós observamos, diariamente, projetos que tem uma relevância, que terão é eficácia na mudança da vida dos paraibanos e das paraibanas, de certa maneira, esses dois projetos tanto o anterior como esse projeto, também de autoria do presidente Adriano, como meu de minha autoria, o anterior a este.

E aí eu sugiro deputado Chico Mendes, como na condição de líder que vossa excelência possa estreitar isso aqui. Repito: nós já fizemos isso aqui no passado com deputado Wilson Filho que na condição de líder, também na condição quando o deputado Ricardo Barbosa esteve aqui como líder do governo e volto a insistir para que possa fazer este diálogo com quem realmente, são tantas atribuições para um governador do Estado que eu não acredito que o governador, a quantidade de documentos e de despachos que tem. Eu não quero acreditar que o governador ele, que ele tem um corpo de assessores por trás para facilitar isso.

Então, eu deixo aqui como sugestão ao líder Chico Mendes que possa procurar as pessoas e os assessores do Governo do Estado que são responsáveis pela emissão de apreciação dos vetos para que projetos como esse, repito, que tem de fato uma relevância, uma eficácia na vida e, sobretudo, das mulheres. E, quero antecipar, presidente, que eu tenho uma coerência, quem me acompanha aqui nos últimos 04 anos sabe que eu não voto contra a mulher. Tenho projetos aqui que de fato colaboram ajudaram e servem da proteção da mulher e da independência. E quero aqui já antecipar o meu voto também, que não tenho condições de votar acompanhando a liderança, com toda vênua, deputado Chico Mendes, bem como ao governo, mesmo me considerando um deputado da base do governo.

O SENHOR PRESIDENTE (Deputado Tião Gomes)

Com a palavra o deputado Bosco Carneiro.

O SENHOR DEPUTADO BOSCO CARNEIRO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, nós estamos diante, na verdade, de uma censura ao exercício da atividade parlamentar, porque nós podemos resumir nisso. Porque, veja bem, qual é o objetivo do projeto do deputado Adriano Galdino? Vou ler aqui o Artigo 1º: Fica instituído na forma estabelecida na lei ações de enfrentamento ao Feminicídio... O Feminicídio é uma chaga. Inclusive a Assembleia Legislativa da Paraíba, através da CPI, comandada pela deputada Cida Ramos, esclareceu mais, deu mais ênfase aos fatos de Feminicídio na Paraíba, mas inclusive no Brasil. Mas como essa chaga social está cada vez mais crescendo. Então, o deputado Adriano Galdino, como qualquer um de nós aqui, teve a iniciativa, deputado Hervázio, de criar política de enfrentamento ao Feminicídio. Ai veja, bem, aí o governo vai e veta. Agora se a gente for verificar as razões do veto, está existindo, na verdade, uma censura ou eu acho que a assessoria jurídica do governador, e aí com toda vênua, com todo respeito,

está criando uma legislação que não é real. Qual foi o argumento que foi levantado? O Artigo 63, Parágrafo 1º Inciso II, Alínea b e Alínea c – É iniciativa privativa do governador do estado a lei que dispõe sobre organização administrativa, matéria orçamentária e serviços públicos – serviços públicos, nesse caso, não são os serviços da parte administrativa da estrutura da organizacional do Estado. Esses serviços públicos que está se referindo aqui a lei, são os serviços externos, é o serviço final, finalístico, que chega à população; são políticas públicas. Agora denominado serviço público é apenas aquele serviço restrita a máquina administrativa do estado, seja ele do ente federativo, seja ele federal, estadual ou municipal.

Então, esse serviço público aqui é referente apenas à estrutura organizacional, é a máquina de administrativa, como se procede dentro da máquina pública interna do Estado. Aí sim é de competência do Governo do Estado. E na alínea seguinte, que o governo fundamenta o veto, diz assim: é criação, estruturação e atribuição das secretarias e órgãos de administração, e também se refere à estrutura organizacional...

O SENHOR PRESIDENTE (Deputado Tião Gomes)

Infelizmente o tempo de vossa excelência... Trinta segundos.

O SENHOR DEPUTADO BOSCO CARNEIRO

Todo esse fundamento se refere a outro tipo de serviço, é o serviço interno da máquina administrativa. O que nós estamos tratando aqui é de política pública. E na hora que um Parlamento, na hora que uma Assembleia Legislativa não poder tratar de políticas públicas em favor do povo, aí minha gente não temos mais democracia, talvez seja melhor até encerrar o Poder Legislativo. Porque não tem sentido nenhum a gente está aqui na Assembleia legislando em favor do povo paraibano.

O SENHOR PRESIDENTE (Deputado Tião Gomes)

Com a palavra o deputado Eduardo Brito.

Use a tribuna, por favor, deputado.

O SENHOR DEPUTADO DR. EDUARDO BRITO

Senhor presidente, senhoras deputadas aqui presentes. Eu quero aqui me acostar em vossas excelências, ratificar aqui a fala da deputada Francisca Motta, que foi muito feliz quando diz que isso é uma aberração esta Assembleia ser a favor desse veto.

Eu tenho três filhas, e nós estamos vendo aí o que a sociedade, deputado Bosco, tem enfrentado com essa grande mazela, deputada Cida. Essa mazela social, que a violência doméstica, que é o Feminicídio; mulheres sendo violentadas, sendo mortas, assassinadas; as páginas dos jornais têm aí mostrado diariamente isso aí, e por conta de ônus, o estado vai gastar muito mais com as vítimas desse grande malefício, vem cuidar de família, de filhos que vão ficar com transtornos psicológicos, emocionais, abalados emocionalmente, por vê sua mãe sendo assassinada. Então aqui eu peço aos pares, aos nossos colegas, que nós aproveemos esse projeto por unanimidade, para que essa Casa aqui, para que as mulheres paraibanas e o povo paraibano tenha orgulho dessa Casa.

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Deputado Tião Gomes)

Com a palavra a deputada Danielle do Vale.

A SENHORA DEPUTADA DANIELLE DO VALE

Em que pese todas as ações realizadas pela Secretaria da Mulher e Diversidade Humana, estando à frente a secretária Lídia Moura que acompanhamos em nosso estado, mas o projeto colocado no dia de hoje, tanto do deputado Júnior Araújo como o do deputado Adriano Galdino, ele garante o direito da mulher. Só a implementação da política, sem a garantia para que no futuro estejam essas leis aqui implementadas, para que essa Casa Legislativa realmente possa cumprir um papel de protagonizar a política da mulher em todo o Brasil, eu jamais poderia votar a favor do veto. Porque estou aqui, além de cumprir um papel parlamentar, estou aqui para fazer ecoar todas as vozes das mulheres paraibanas. E o Feminicídio é uma realidade que estamos vivendo no Brasil, e na Paraíba não é diferente.

Muito obrigada.

O SENHOR PRESIDENTE (Deputado Tião Gomes)

Com a palavra o deputado Chico Mendes

O SENHOR DEPUTADO CHICO MENDES

Bom, gente, eu fui prefeito e em várias oportunidades vivenciei essa experiência. O debate é como se o governo, obviamente, tratasse com indiferença um tema tão importante e tão relevante quanto esse. Eu acho que os pares desta Casa sabem o que foi feito durante esses últimos quatro anos, no que tange a todas as pautas ligadas as

mulheres, a todas. É claro que muito ainda tem que ser feito, muito tem que ser feito. Esse tema é um tema que nós ainda vamos ter que fazer muito, debater muito, discutir muito, porque é muito atual no Brasil inteiro e nós precisamos obviamente melhorar as políticas públicas que darão respostas a todas essas demandas, as demandas das mulheres com todo.

Agora, o Poder Legislativo, e nós temos que ter consciência disso, toda matéria, projeto lei, que ordena despesa, por natureza jurídica é inconstitucional. Não se implanta um serviço dessa dimensão, sem gerar despesa, tem que ter mecanismos claros de como, obviamente, o governo implantaria ou vai implantar todo esse serviço. Eu não estou dizendo que o governo não quer implantar ou não vai implantar. E vou mais longe, eu quero assumir um compromisso aqui com esta Casa, de que nós vamos debater olho no olho com o governo esse tema, fazer um debate sério e vamos encontrar uma resposta à altura de que as mulheres esperam do parlamento e do governo. Porém, repito várias vezes vetei, como prefeito, matérias obviamente como essa pela inconstitucionalidade, e, digo mais, provavelmente, líder Wallber, o próprio governador não tem nem ciência dessa matéria, a sua própria estrutura jurídica emitir o juízo, só levando em conta, tão somente em conta, a inconstitucionalidade.

Então, continuo orientando a bancada de votar não, claro; o meu voto é não, eu voto pela manutenção do veto, mas aqui fica um compromisso nosso, do governo, de abrir uma linha de discussão sobre esse tema...

O SENHOR PRESIDENTE (Deputado Tião Gomes)

Quero o grande parlamentar deste estado, deputado Jeová, eterno deputado. A Casa de Epitácio lhe admira, e como admira.

Com a palavra a deputada Paula.

A SENHORA DEPUTADA DRA. PAULA

Aqui nós não estamos fazendo um apelo não é para defender e nem pra falar. Nós queremos um posicionamento de todos os homens da Assembleia Legislativa que vote contra esse veto. Porque não é possível, nós estamos num século onde as mulheres tem que ter ser consideradas, respeitadas, ser dona do seu corpo, da sua vida, ter a sua liberdade, e nós estamos aqui no parlamento para defender os direitos da mulher, e os direitos têm que ser assegurados. Não é de falar sobre dinheiro, nem falar sobre despesa, nós não queremos saber de despesa, nós queremos saber de vida. Feminicídio é vida. Como é que esses homens vão se acovardar, esses homens da Assembleia Legislativa

vão se acovardar diante de uma situação tão grave. Isso é uma miséria. Ou vocês não sabem o que é Feminicídio? Para mim, dá-me impressão de que os homens não sabem o que é Feminicídio. Feminicídio é morte, nós estamos falando aqui de vida, nós estamos defendendo a vida das mulheres, não queremos saber se vai custar... Custar sim pode custar o que custar para o governo, para Assembleia, para o Brasil, mas nós precisamos respeitar a vida, e é isso que nós queremos. Agora, se os homens dessa Assembleia Legislativa concordam com a morte das mulheres, nós vamos fazer um movimento sério contra os parlamentares que vão votar a favor; nós vamos mandar colocar no outdoor de toda a cidade, nós mulheres vamos fazer um movimento, nós vamos colocar um outdoor dizendo que os parlamentares votaram a favor do Feminicídio. E isso nós vamos protestar sim.

O SENHOR PRESIDENTE (Deputado Tião Gomes)

Com a palavra o deputado Hervázio Bezerra.

O SENHOR DEPUTADO HERVÁZIO BEZERRA

Senhor presidente, eu peço a atenção dos colegas, eu quero compartilhar com vocês algumas reflexões: primeiro, eu sou da tese do poeta, deputada Francisca, de que mulher não se bate nem com uma flor. Aqui é a Casa do debate, de repente eu penso uma coisa, um colega levanta uma argumentação, uma tese, e eu posso mudar a minha posição. Por quê? Porque só quem tem ideia fixa é o doente mental, nós não podemos compactuar com isso. Mas eu quero distinguir e compartilhar com os senhores alguns pontos aqui que aqui destaquei do projeto do deputado Adriano. Nós temos um instrumento aqui, deputado Luciano, vossa excelência sabe muito bem disso, que se chama projeto de indicação. No projeto de indicação, aprovado por esta Casa, referendado por esta Casa, ele ganha força perante o governador. Se eu sou da bancada do governo, eu posso, de repente, votar contra uma matéria aqui, mas irmos à comissão, a bancada de toda, pedir para o governo programe.

Mas aí a reflexão é a seguinte, deputado Bosco, o Artigo 63 foi Assembleia que criou? É a cópia da Constituição Federal? Não está orçamentado, e toda despesa tem que ter orçamento – o deputado Jutay destacou dezoito ações. O que é que nós podemos fazer? O projeto de indicação, a bancada toda vai o governador pede para ele programar. Agora quer publicar meu nome, deputada Paula, botar em outdoor, não tem nenhum problema, porque eu sou humano eu sou pai de família, é verdade só tenho filho, mas tenho neta, tenho irmãs, tenho primas, tenho amigas, e minha história foi de sempre

defender a mulher. Mas eu não posso deixar de levantar esse argumento, deputada Danielle, não posso. Eu acho que nós temos a obrigação de que se o governador abre um precedente, ele tem que aprovar todos, não é porque é do presidente da Assembleia, não é porque é do deputado Romualdo, não é porque é do deputado Wallber. Se ele abre, cria-se um precedente, e precedente perigoso.

Eu formulo a seguinte tese e encaminhamento: vamos todos nós, porque ninguém pode ser a favor do Feminicídio, não sou criminoso, não sou irresponsável, sou um cidadão, sinto dor, sinto calor, sinto fome e não posso ser a favor da violência a mulher. Esse é que é o argumento, deputada Paula, vamos nos reunir, a bancada inteira pediu ao governador para que transforme o projeto do deputado Adriano como ação de governo. Mas eu não posso votar contra a um artigo que não foi nem eu que votei, o 63 que não está orçamentado...

O SENHOR PRESIDENTE (Deputado Tião Gomes)

O próximo inscrito é o deputado Taciano.

O SENHOR DEPUTADO DR. TACIANO DINIZ

Presidente estou aqui em Brasília participando de reuniões aqui de visita a bancada paraibana, e nos ministérios, mesmo com a pauta aqui não poderia deixar de participar desta sessão com vetos extremamente importantes. E dentro de uma reunião e outra, quando retornei a atenção aqui, vi a colega deputada Paula relatando que ia colocar outdoors para os deputados que não derrubassem esse veto. Eu já antecipo o meu voto pela derrubada do veto; respeito o posicionamento de qualquer colega, mas adianto a colega deputada Paula, com todo respeito que a tenho, e a todas as mulheres, temos que colocar outdoor, deputada Paula, para o Governador João Azevedo, foi ele quem vetou o projeto, e se ele veta com o argumento que gera despesa, porque ele não nos encaminhou para a Casa uma alternativa, um projeto elaborado pelo Poder Executivo, que dê mais condições de fiscalização, de trabalho por parte dos órgãos do governo do estado, mas principalmente do amparo completo a luta contra o Feminicídio, que precisa ser amplamente discutida e ampliada, e principalmente o governo do estado é totalmente responsável por tudo isso, porque é quem cuida da segurança pública do estado. E para que a secretaria de Segurança, as polícias e as demais secretarias correspondam com as mulheres paraibanas, precisamos que o governo do estado dê condições. Nós temos um déficit de cinco mil policiais e o governador sequer se pronuncia para a Polícia Militar com um concurso para, pelo menos, garantir a unidade básica e o contingente policial mínimo

da Polícia Militar. Da mesma forma com a Polícia Civil, fez um concurso para 1.400 homens, precisamos do triplo, e de ações efetivas de combate ao Feminicídio.

Deputada Paula e toda a Assembleia vamos colocar um outdoor de repúdio ao Governador João Azevedo, que veto esse projeto brilhante do deputado Adriano Galdino. O meu muito obrigado, senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE (Deputado Tião Gomes)

Com a palavra o deputado Luciano Cartaxo.

O SENHOR DEPUTADO LUCIANO CARTAXO

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados:

De maneira rápida e um breve comentário, dizer que nós não podemos, na minha leitura, na minha avaliação, abrir qualquer brecha que possa facilitar o Feminicídio. Isso é uma coisa inaceitável, a gente tem que extirpar da sociedade brasileira o Feminicídio, e, portanto esta Casa tem que se posicionar em relação a essa matéria, pesando exatamente nas mulheres. Porque é isso que a gente precisa fazer, salvar vidas. Então não dá para manter esse veto.

O SENHOR PRESIDENTE (Deputado Tião Gomes)

Com a palavra o deputado Doutor Romualdo, vossa excelência pode usar aqui.

O SENHOR DEPUTADO DR. ROMUALDO

Eu fico até abismado a gente está discutindo um assunto, um veto, assim tão desproposital como foi esse! Eu ficaria triste, eu acho que eu fosse líder do governo, eu tinha faltado hoje para não está participando dessa reunião.

Então o que deputada Doutora Paula falou o que deputada Cida Ramos falou, o deputado Jutay Meneses falou é bem claro. As pessoas têm que assim, entender que essas ações, o dinheiro vai surgir com as ações é uma forma de pressionar o governo a criar a situação de proteção das mulheres e hoje que a gente precisa, e se a gente com parlamento não fizer isso ficar amesquinhando-se dessas coisas pequenas não acontece nada. Porque tudo que se veta, diz: ah! Vai gastar um pouquinho, tira. Não pode não, vai gastar um pouquinho, tira não faz nada.

Então a gente como parlamentar a gente está aqui para ajudar, para criar a ideia, das ideias e a discussão do parlamento, por isso são trinta e seis (deputados), não é um

como o governo. Que é com essa finalidade que da discussão vai sair surgir soluções para os problemas.

Eu acho que isso é bem claro que a gente tem que derrubar esse veto

O SENHOR PRESIDENTE (Deputado Tião Gomes)

Continua em aberto, para discutir esse veto.

Com a palavra o deputado Sargento Neto, para discutir o veto, vossa excelência pode usar a tribuna.

O SENHOR DEPUTADO SARGENTO NETO

Primeiramente, eu quero parabenizar a todos os deputados que mostram que não se curvam, mesmo fazendo parte da bancada governista, mas não se curvam perante.

Não sei se por falta de conhecimento ou se falta de amparo técnico infelizmente a má assessoria deixou aqui a bancada de saia justa, já que a gente está falando e Feminicídio.

Então a gente tem que ter o máximo de cuidado nessa questão desse projeto é porque é um projeto, como bem falou aqui algumas deputadas, que é um projeto que salva vidas, que protege vidas. E eu tenho uma certeza é a convicção que da mesma forma que o governo do estado já teve alguns erros inclusive no ano passado quando mandou para esta Casa aqui um projeto que prejudicaria de fato e de direito a todos os policiais Bombeiros Militares eu creio que esse projeto que aí está se estão dizendo aqui porque não tem verba porque vai gerar. Essa Casa, ela tem um poder fazer remanejamento. Tira aí de tanta propaganda que gasta aí com dinheiro público, o governo do estado gasta tanto dinheiro aí como publicidade, pode sim tirar e fazer esse remanejamento para que esse projeto possa fortalecer.

Mas eu quero parabenizar a todos os deputados do lado governista que estão mostrando aqui que não se curvam perante um erro do governo do Estado.

Muito obrigado senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE (Deputado Tião Gomes)

Com a palavra o deputado George Moraes.

O SENHOR DEPUTADO GEORGE MORAIS

Senhores deputados e deputadas.

Eu tenho certeza que derrubaremos esse veto e pode contar justamente com a nossa união deputada Cida Ramos, independentemente se da bancada da oposição ou da situação para que todos nós juntos possamos construir de maneira efetiva, prática toda e qualquer política, todo e qualquer instrumento necessário para proteção das mulheres.

E que, deputada Doutora Paula, não fique só no discurso que sejam adotadas através de medidas legislativas resultados e instrumentos concretos, por isso deputada Cida Ramos, deputada Francisca Motta, eu tenho também ao tempo e que mais uma vez reforço o meu apoio à derrubada do veto.

Dizer que com alegria também apresentei meu primeiro projeto de lei dedicado à proteção das mulheres inspirada numa lei oriunda do Estado de São Paulo, especialmente agora nesse período carnavalesco onde sabemos que o assédio contra as mulheres ele se intensifica e que em debate, inclusive com o Ministério Público, a quem agradeço as sugestões ao Núcleo de Diversidade de Igualdade de Gênero, em debate também com o sindicato de bares de hotéis de restaurantes através do secretário-adjunto de Turismo do governo da Paraíba Dellano Tavares, apresentei deputada Cida Ramos e nos próximos dias estaremos a debater aqui nesse plenário para que bares, restaurantes, casas noturnas e de eventos fiquem obrigadas a adotar medidas para auxiliar as mulheres que se sintam em situação de risco nas dependências desse estabelecimento inclusive a oportunizando, inclusive dando condições para que funcionário seus e vamos envolver também a Secretaria Estadual das Mulheres para que elas capacitem qualifiquem justamente esses funcionários para que essas medidas sejam efetivamente adotadas no âmbito do Estado da Paraíba e as mulheres tenham toda a segurança necessária.

Então estamos juntos para que a gente possa derrubar esse veto injustificado.

O SENHOR PRESIDENTE (Deputado Tião Gomes)

Com a palavra o deputado Anderson Monteiro.

O SENHOR DEPUTADO ANDERSON MONTEIRO

Bom dia senhoras e senhores, presidente, colegas, imprensa.

Eu estou feliz com o nível da discussão que está tendo hoje, porque no nosso outro mandato essa foi uma de nossas bandeiras, que os projetos de lei que aqui são apresentados e aprovados e alguns casos por unanimidade como esse, que a gente não fique nesse maniqueísmo político de ser oposição ou governo de ser contra ou a favor, mas que a gente realmente discuta caso o acaso o projeto a projeto para ver se realmente

padece de alguma inconstitucionalidade e o núcleo da questão para ver a importância daquele projeto.

Parabéns deputada Doutora Paula por sua firmeza aqui nesse microfone o seu o seu pronunciamento aqui foi um divisor de águas nessa nossa discussão que chamou a atenção de todos os parlamentares para que a gente pudesse ver a importância e a relevância do tema central e não se prendesse a pequinês ou coisa pequena da questão de interpretação do art. 63 que é o que eu falo muito professor deputado Bosco Carneiro sempre nos ajuda muito nessa argumentação e que possamos nesse novo mandato nessa nova composição a gente poder fazer debates, como estão sendo feitos agora.

Parabéns! Como fez o deputado novato, deputado Sargento Neto parabenizando e aos demais deputados de governo que estão aqui aumentando o debate à gente tem aqui que fazer parar de diminuir o debate fazer um debate amplo.

Porque nós somos legisladores, nós enquanto agentes públicos representando todo o estado da Paraíba à gente são condutores de políticas públicas e é uma mensagem que se passa a votação com a importância do tema como esse, como pronunciamento forte da deputada Doutora Paula que foi feito agora aprovar a derrubada desse veto não é um voto contra o governo, mas uma mensagem importante da importância da política de enfrentamento ao Feminicídio.

Então parabéns deputada Doutora Paula, e, espero que a composição da Assembleia Legislativa independente de ser governo ou oposição à gente possa trazer essa mensagem toda Paraíba da importância desse tema.

Muito obrigado presidente.

O SENHOR PRESIDENTE (Deputado Tião Gomes)

Em votação, senhores deputados.

Deputado Chico Mendes, encaminhamento de votação, como vota o governo deputado Chico Mendes?

Como vota a oposição deputado Delegado Wallber Virgolino?

Deputado Wilson Filho, como o deputado líder não se encontra, vossa excelência, ou seja, chegou o deputado Chico Mendes, como vota o governo deputado Chico Mendes?

O SENHOR DEPUTADO CHICO MENDES

Senhor presidente a minha posição que eu já disse aqui, eu oriento a bancada.

O SENHOR PRESIDENTE (Deputado Tião Gomes)

Sim, rejeita o veto, não mantém o veto.

Senhores deputados, toda discussão foi feita, então agora nós vamos à votação. Não vamos absorver discussões com relação, mais, ao tema, então queremos só o voto. Quem quiser votar pelo sistema vota quem não quiser...!

Deputado Branco Mendes.

Deputado Chico Mendes – não,

Deputado Chió – sim;

Deputada Cida Ramos- sim;

Deputada Danielle do Vale- sim;

Deputado Taciano Diniz.

Deputado Dr. Taciano Diniz: Sim

Deputada Dra. Jane Panta: Sim

Deputada Dra. Paula: Sim

Deputado Fabio Ramalho.

Deputada Francisca Motta: Sim

Deputado Galego de Souza:

Deputado George Moraes: Sim

Deputado Inácio Falcão.

Deputado João Gonçalves.

Deputado Michel Henrique.

Deputado Tião Gomes: Sim

Deputado Tovar: Sim

Derrubado o veto: 23 a 01.

Deputado Júnior Araújo, próximo veto do Governo. Deputado Chió.

(...)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA
DIVISÃO DE TRADUÇÃO E VERIFICAÇÃO TAQUIGRÁFICA